

O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Coordenação: Profa. Dra. Bárbara Motta, Prof. Dr. Eduardo Mei, Profa. Dra. Érica Cristina Winand, Prof. Me. Jorge Oliveira Rodrigues, Profa. Dra. Lívia Peres Milani.

Equipe de revisão: Profa. Dra. Lívia Peres Milani, Arthur de Freitas, Cecília Arruda, Heitor Torres Vieira, João Marcelo Tonetto de Almeida, Larissa Aguiar Albuquerque, Mariah Luiza dos Anjos, Pedro Henrique Esteves, Samuel Davis Domingues, Sofia Taveira, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Wancerlon Delfino.

Equipe de redação: Arthur de Freitas, Cecília Arruda, Heitor Torres Vieira, Larissa Aguiar Albuquerque, Mariah Luiza dos Anjos, Pedro Henrique Esteves, Sofia Taveira, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Wancerlon Delfino.

¹ Nos dias 21, 22, 24, 25 e 26 de junho não houve notícias de política exterior brasileira.

Negociações climáticas entre EUA e Brasil foram paralisadas

No decorrer dos últimos dois meses que se passaram desde a Cúpula do Clima, as negociações sobre um financiamento dos Estados Unidos da América (EUA) ao combate do desmatamento no Brasil foram congeladas. Desde o início da gestão de Joe Biden, houve diversas reuniões sobre temas ambientais, algumas contando com a presença do então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do atual, Carlos França, bem como do secretário de Estado estadunidense, Anthony Blinken. As demais reuniões, de caráter mais técnico entre representantes dos dois governos, foram classificadas como exercícios exploratórios [sic], com a última ocorrendo no início de maio. Já no dia 17 de junho, França e Blinken se reuniram virtualmente e, segundo o Itamaraty, por meio de mídia social, foram discutidas a diplomacia da saúde, recuperação econômica e desenvolvimento sustentável. A paralisação das negociações se deu após a investigação da Polícia Federal que atingiu o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, após os EUA terem avisado as autoridades sobre a chegada de uma carga de madeira ilegal proveniente do Brasil. Além da investigação, outro fator que pode ter constrangido as tratativas foi a falta de iniciativa para se concretizarem as promessas feitas pelo presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do Clima, ao mesmo tempo que a verba do ministério de Salles foi reduzida e as taxas de desmatamento têm batido recordes. O governo de Bolsonaro pediu inicialmente por uma verba de um bilhão de dólares para serviços ambientais e, em contrapartida, a administração de Biden ofereceu cinco milhões de dólares até a apresentação de resultados concretos como sinal de comprometimento. Outra possível medida de pressão e afastamento entre as duas administrações foi o anúncio da aposentadoria do embaixador estadunidense no Brasil, Todd Chapman, no dia 10 de junho. Além disso, o Itamaraty tem seguido com preocupação a respeito da renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP), programa de apoio tarifário ao comércio dos EUA com países em desenvolvimento que exige o cumprimento de leis e regulamentações ambientais, dentre outras políticas (Folha de S. Paulo - Mundo - 20/06/2021).

Itamaraty estudou o retorno da tradicional abstenção sobre bloqueio a Cuba

Especialistas do Ministério das Relações Exteriores avaliaram a decisão de voltar ao posicionamento de abstenção na votação anual sobre o bloqueio estadunidense contra a ilha caribenha no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). O embargo aplicado desde a década de 1960 é analisado anualmente pela Assembleia Geral do órgão, visto a apresentação do argumento de que medidas unilaterais como aquelas impostas sobre Cuba são ilegais segundo o Direito Internacional. Tradicionalmente, o Brasil mantém uma posição de abstenção, com exceção da última votação em que o governo de Jair Bolsonaro votou a favor da sanção (Folha de S. Paulo - Mundo - 23/06/2021).